

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Lula teme indícios de participação do filho no caso INSS

Governo e oposição comemoram início do recesso

O início do recesso parlamentar e as festas de fim de ano representaram um alívio para quase todo mundo do universo da política.

Depois de tantas surpresas em dezembro — lançamento da pré-candidatura de Flávio Bolsonaro à Presidência, operação policial contra dois importantes deputados do PL —, a direita e o Centrão torcem para que as férias ajudem a esfriar a tensão.

Já o Palácio do Planalto tem outro motivo para comemorar a interrupção, até início de fevereiro, dos trabalhos do Congresso. Isso dá tempo para abaixar a fervura do suposto envolvimento de Fábio Luís Lula da Silva, filho do presidente, com a máfia do INSS.

Pressão na CPI

Notícias sobre a eventual ligação de Lulinha com um dos grupos que lesavam aposentados e pensionistas fortaleceram a oposição na CPI do INSS, que passou a forçar a possibilidade de convocação do filho do presidente. Até agora, a bancada governista conseguiu barrar a ida de Fábio e de José Ferreira da Silva, o Frei Chico, irmão de Lula. Mas a pressão da opinião pública poderia, pelo menos, gerar desgastes capazes de arranhar o presidente.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Sóstenes Cavalcante foi alvo de operação da PF

Ação da Polícia Federal

Deflagrada no dia seguinte da divulgação de documentos que envolveriam Lulinha, a operação da Polícia Federal contra o líder do PL, Sóstenes Cavalcante, e Carlos Jordy (ambos do RJ) deu um fôlego ao governo, mas ainda há muita apreensão.

O Congresso ficará parado, mas as investigações da PF vão continuar. O governo confiava que o caráter democrático das fraudes — ocorridas também no mandato de Jair Bolsonaro — diminuiria os danos, mas a eventual entrada de Lulinha no jogo desequilibra a balança.

A lista do PL

O maior problema do PL também tem a ver com investigações da PF: Sóstenes e Jordy engrossaram a lista de parlamentares do partido suspeitos de irregularidades com dinheiro público. Josimar Maranhãozinho e Pastor Gil (ambos do Maranhão) e o suplente Bosco Costa (SE) estão para ser julgados pelo Supremo Tribunal Federal, acusados de desvio de emendas parlamentares.

A fila anda 1

Em dezembro, três deputados do partido perderam seus mandatos: Alexandre Ramagem (RJ), Eduardo Bolsonaro e Carla Zambelli (os dois, de SP). Os três estão no exterior. Ainda há os que correm o risco de serem denunciados no interminável inquérito das fake news, conduzido por Alexandre de Moraes.

A fila anda 2

A operação da PF, a imagem dos R\$ 430 mil apreendidos na casa de Sóstenes e as explicações pouco detalhadas sobre a origem do dinheiro atrapalham o projeto de permanência do deputado na liderança do PL. No fim de semana, já se discutia a eleição de outro líder em fevereiro, até para poupar o partido.

Bola pro lado

A suspeita de fraude no uso da parlamentar complicou também a possibilidade de candidatura de Sóstenes ao Senado — opção que chegou a ser defendida por Jair Bolsonaro. O mais provável é que ele, pastor da igreja de Silas Malafaia, tente a reeleição para a Câmara, algo menos arriscado.

Donos das vagas

A pré-candidatura de Flávio à Presidência e a operação contra Sóstenes praticamente garantiram ao senador Carlos Portinho (PL-RJ) o direito de disputar a reeleição para o Senado (ele é suplente de Arolde de Oliveira, que morreu em 2020). A outra vaga do PL ficará, em tese, com o governador do Rio, Cláudio Castro.

Veto ao veto

Não vai ser fácil para o governo manter o anunciado veto de Lula ao projeto que reduz penas e facilita a progressão de regime de condenados por tentativa de golpe. Para derrubar o não do presidente são necessários 257 votos na Câmara e 41 no Senado. A proposta passou, com respectivamente, 291 e 48 votos.

Estilo de jogo

Ou seja, para manter seu futuro veto, Lula precisaria mudar o voto de oito senadores ou de 35 deputados. E nenhum dos que votaram contra ou se abstiveram poderia ficar a favor da proposta. A conferir se o governo vai entrar duro ou se manterá o jogo de compadres registrado na tramitação do projeto.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Gaspar: nova tentativa de ouvir filho do presidente na CPMI

CPMI do INSS de novo na mira do filho de Lula

Relator faz novo pedido para convocar “Lulinha”

Por Gabriela Gallo

Em meio aos novos desdobramentos do esquema de desvio ilegal de recursos de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga o caso, deputado federal Alfredo Gaspar (União Brasil-AL), protocolou na manhã de sexta-feira (19) requerimentos que convocam nomes vinculados ao governo para depor na comissão.

Dentre eles, Gaspar solicita novamente a convocação de Fábio Luís Lula da Silva, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) conhecido como Lulinha. O pedido deve ser avaliado no retorno das atividades legislativas, agendadas para 2 de fevereiro.

Além de Lulinha, Gaspar também encaminhou um requerimento solicitando os depoimentos do senador Weverton Rocha (PDT-MA); do ex-secretário-executivo do Ministério da Previdência Social Adroaldo da Cunha Portal; do assessor do ex-ministro das Comunicações Juscelino Filho, Gustavo Marques Gaspar; da empresária Roberta Luchsinger, apontada como amiga de Lulinha; e da ex-publicitária do Partido dos Trabalhadores (PT) Danielle Fonteles.

“Todos esses nomes apareceram, em algum momento, ao longo dos trabalhos da CPMI e

são peças importantes para esclarecer o maior esquema de fraudes já cometido contra aposentados e pensionistas. Não foi um crime isolado, foi uma engrenagem criminosa com influência política e blindagem institucional. Seguiremos em busca da verdade e por justiça pelas vítimas desse crime bilionário”, escreveu Gaspar em suas redes sociais.

Entenda

Os nomes viraram alvo da comissão da CPMI após a divulgação de informações da segunda fase da Operação Sem Desconto, deflagrada na última quinta-feira (18) pela Polícia Federal (PF) juntamente com a Controladoria-Geral da União (CGU).

Os mandados de busca a apreensão e mandatos de prisão foram acatados pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça. Na operação, os agentes prenderam preventivamente, em regime domiciliar, o então número 2 do Ministério da Previdência.

No mesmo dia, o ministro da Previdência, Wolney Queiroz, determinou a exoneração de Adroaldo.

O filho do presidente da República voltou aos holofotes da situação após o relatório da PF apontar Roberta Luchsinger, apontada como amiga de Lulinha, como uma das pessoas supostamente envolvidas no esquema.